# JORNAL DO SERVIDOR

POR ANDRE SOUZA

Marcos Santos - USP Imagens

*Mobilização prevê a paralisação das atividades escolares*

## Apeoesp confirma greve de professores dias 9 e 10 de abril

Professores da rede estadual de São Paulo anunciaram greve nos dias 9 e 10 de abril, com paralisação das atividades escolares. A mobilização é organizada pela APEOESP, entidade que representa a categoria no estado, e inclui assembleia no dia 10, no MASP. Entre os principais motivos estão a cobrança por melhores condições de trabalho, aplicação correta do piso salarial, atribuição justa de aulas e a convocação de mais concursados. A categoria também protesta contra medidas consideradas autoritárias e pede a devolução de valores descontados de aposentados e pensionistas. O Correio da Manhã apurou que as subsedes  estão sendo mobilizadas. A greve foi confirmada em boletim divulgado na quarta(25).

### Concurso Público para o Exército

A Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx) em Salvador/BA abriu concurso para oficiais com nível superior para atuarem em 2027, oferecendo vagas em diversas áreas como medicina, enfermagem, direito, magistério e informática. As inscrições vão de 27/03 a 12/06, com taxa de R$ 150,00. O processo inclui prova objetiva, avaliação física e psicológica, inspeção de saúde. Inscrições pelo site da Vunesp.

Marcos Santos - USP Imagens

*Lista de convocados foi publicada no Diário Oficial*

### Convocação de aprovados no CNU 1

O governo federal convocou 1.860 candidatos da lista de espera do Concurso Nacional Unificado (CNU 1) para preencher vagas remanescentes da primeira edição do certame de 2024, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de março. A chamada corresponde a 21% das 8.573 vagas ofertadas, abrangendo 131 cargos em órgãos federais, como gestão pública, planejamento e ciência. Entre os mais convocados estão analista técnico-administrativo, analista de planejamento e tecnologista em informações geográficas e estatísticas.

### Falta de concursos no INSS

Sem reposição por concurso, o INSS tem registrado aumento constante nas saídas de servidores nos últimos anos, com maior concentração no Distrito Federal. Dados atualizados até fevereiro de 2026 indicam 12.398 desligamentos de técnicos do seguro social desde 2015. O cenário reforça o déficit de pessoal e a expectativa por nova seleção, geralmente organizada por regiões.

### Minas Gerais

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais deve votar em 2º turno, nesta quinta-feira (26), a revisão salarial do funcionalismo estadual. O reajuste proposto é de 5,4%, com efeito retroativo a janeiro de 2026. Após a aprovação final em Plenário, os projetos seguem para sanção do governo estadual.

### Paraná I

O governo do Paraná ainda não definiu o percentual de reajuste salarial dos servidores estaduais, mas a expectativa é concluir o índice nesta semana, segundo o líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado. O projeto da data-base ainda será enviado à Alep, e não há data prevista para votação.

### Paraná II

A Universidade Federal do Paraná abriu concurso público para a carreira técnico-administrativa, com 26 vagas distribuídas em 20 cargos dos níveis médio, técnico e superior. Os interessados podem se inscrever até as 17 horas do dia 22 de abril, no site do Núcleo de Concursos da universidade (www.nc.ufpr.br).

### Cotas raciais I

O governo federal instituiu um comitê para acompanhar a implementação da política de cotas no serviço público. A medida foi oficializada por portaria do Ministério da Gestão em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira (20). O colegiado será responsável por monitorar o cumprimento de  um decreto.

### Cotas raciais II

A norma prevê a reserva de vagas em concursos e seleções simplificadas, com 25% destinadas a pessoas pretas e pardas, 3% a indígenas e 2% a quilombolas. A atuação do grupo abrangerá toda a administração pública federal, incluindo órgãos diretos, autarquias federais, fundações e empresas estatais.

### Cotas raciais III

Entre as atribuições estão o acompanhamento do processo de ingresso, a verificação das autodeclarações e a análise de dados sobre os candidatos aprovados. O comitê também deverá estabelecer diretrizes para padronizar a aplicação das cotas e apoiar a formação de comissões de heteroidentificação.

Gustavo Moreno/STF

*Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal em 25/03/2026*

# STF fixa limite de 35% a remuneração acima do teto

## Corte reduz, mas não acaba com “penduricalhos” a magistrados

Andre Souza

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria e definiu novas regras para o pagamento dos chamados “penduricalhos” no funcionalismo público, autorizando que verbas indenizatórias elevem a remuneração de magistrados e membros do Ministério Público em até 35% acima do teto constitucional. A decisão foi concluída nesta quarta-feira (25) após o julgamento conjunto de ações que discutiam os limites dos salários no serviço público. Pela tese fixada, adicionais como indenizações, gratificações e auxílios poderão somar até 35% do subsídio dos ministros do Supremo — hoje em R$ 46.366,19 — o que representa cerca de R$ 16,2 mil extras mensais. Na prática, juízes e promotores continuarão podendo receber valores superiores ao teto, desde que respeitado o novo limite nacional.

A proposta foi apresentada em voto conjunto dos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Gilmar Mendes, que atuam como relatores das ações sobre o tema. O entendimento foi acompanhado pelos demais integrantes da Corte, consolidando consenso para uniformizar regras que até então variavam entre tribunais.

### Quinquênio

Além do limite percentual, o STF autorizou a retomada do adicional por tempo de serviço — conhecido como quinquênio — com acréscimo de 5% a cada cinco anos de carreira, podendo alcançar também até 35% do salário. Somados os benefícios, os ganhos podem chegar, em situações específicas, a cerca de 70% acima do teto constitucional. O Brasil tem cerca de 19 mil juízes e 13,6 mil promotores em atuação no país. Os ministros argumentaram que a decisão cria segurança jurídica e padroniza pagamentos em todo o país, substituindo o modelo atual, marcado por interpretações divergentes e pela proliferação de benefícios classificados como indenizatórios. A Corte também condicionou o pagamento das parcelas à previsão legal e determinou que a regra valerá até que o Congresso Nacional aprove legislação geral sobre o tema. Segundo estimativas apresentadas no julgamento, a fixação de limites pode gerar economia anual de aproximadamente R$ 7,3 bilhões aos cofres públicos ao reduzir excessos e estabelecer critérios uniformes.

O julgamento encerra anos de disputas judiciais sobre os supersalários no serviço público. Embora mantenha a possibilidade de remunerações acima do teto, o STF buscou estabelecer um parâmetro nacional para controlar os chamados penduricalhos, tema que agora deverá ser regulamentado de forma definitiva pelo Congresso.